

Migrações rural-urbanas entre descendentes de escravos no litoral do Rio Grande do Sul em meados do século XX¹

Rural-urban migrations among descendants of slaves in the littoral of Rio Grande do Sul in the middle of the 20th century

Rodrigo de Azevedo Weimer²

rod_weimer@hotmail.com

Resumo. É sabido que a existência de direitos trabalhistas no meio urbano, na era Vargas e após, ao par de sua ausência no meio rural, gerou um afluxo de contingente populacional do campo para a cidade (Gomes, 2005, p. 240-241). A presente pesquisa busca desenvolver, através da metodologia da história oral, como esse processo foi vivenciado por descendentes de escravos da área rural de Osório, que, em busca de novas perspectivas de vida, partiram rumo a cidades como Osório, Capão da Canoa e Porto Alegre. Indaga-se que outras motivações além da busca por serem contemplados pela legislação social levaram ao êxodo rural, bem como as ocupações às quais se dedicaram uma vez chegando à cidade.

Palavras-chave: migrações, direitos trabalhistas, litoral do Rio Grande do Sul, descendentes de escravos.

Abstract. It is known that the existence of labor laws in Brazilian cities during the years of the Getúlio Vargas administration and their inexistence in rural areas generated migrations from the hinterland to the cities (Gomes, 2005, p. 240-241). This article discusses, through the methodology of oral history, how this process was experienced by descendants of slaves from the rural area of the town of Osório who, in the search for new prospects for their lives, moved to cities such as Osório, Capão da Canoa and Porto Alegre. The article investigates what reasons beside the labor legislation led them to the cities and also asks about their occupations once they were living in urban areas.

Key words: migrations, labor laws, littoral of Rio Grande do Sul, descendants of slaves.

Introdução

Entre a Primeira República e a Ditadura Militar, o Brasil modificou seu perfil rural para um país majoritariamente urbano (Patarra, 2007). Não basta relacionar tal processo às suas determinantes estruturais; há também, ao par do processo de industrialização que demandou a mão de obra migrante, que verificar as motivações que levaram indivíduos e contingentes populacionais a se mover do campo para a cidade.

¹ A presente pesquisa foi realizada com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil.

² Doutorando em História na Universidade Federal Fluminense.

É o objetivo do presente artigo, enfocando uma família de descendentes de escravos que se deslocaram da antiga fazenda do Morro Alto, no litoral norte do Rio Grande do Sul, para municípios como Osório e Porto Alegre, em busca de novas perspectivas de vida. Não há dúvidas de que a existência de direitos trabalhistas³ em meio urbano e sua inexistência no meio rural⁴ – fenômeno de resto já apontado como um obstáculo à plena concretização de direitos de cidadania no Brasil (Carvalho, 2008, p. 114, 123) – contribuíram nesse sentido, restando apontar como tal processo foi percebido por aqueles que o viveram.

Busca-se entender que outros motivos, além do acesso à legislação social inaugurada pelo período varguista, levaram à migração para cidades, assim como mapear as ocupações desempenhadas ao chegar ao meio urbano. Verifica-se, ainda, que a urbanização não foi um processo linear, irreversível ou sem contradições em relação ao modo de vida adotado pela comunidade de origem dos migrantes.

Para tanto, utiliza-se a metodologia da história oral. Através de entrevistas com descendentes de escravos, oriundos do campesinato negro que se formou no pós-abolição e que partiram para as cidades, busca-se compreender de que maneiras eles entendem o processo migratório de que são protagonistas. Através dos depoimentos, não se pretende obter um retrato fiel do que ocorreu, mas sim uma compreensão de como tais fatos são representados, no presente, por aqueles que os protagonizaram.

A parte feminina e a parte masculina

Antes de mais nada, é necessário diferenciar, entre as migrações de indivíduos jovens em idade produtiva durante a era Vargas e o período de experiência democrática, as realizadas por homens e as realizadas por mulheres. Trata-se de uma comunidade negra em que o padrão de moradia é patrilocal (Barcellos *et al.*, 2004, p. 209-210), isto é, em que as mulheres costumam estabelecer-se junto ao local de moradia da família de seus maridos a partir do momento do casamento. Esse padrão, comum em comunidades campesinas em áreas de fronteira fechada, na qual as mulheres se veem despojadas de sua herança paterna ao atingir a idade adulta, passando a constituir as unidades produtivas de seus maridos, manteve-se mesmo

durante o processo de migração para a cidade. Em outros termos, a lógica do meio rural não se anula a partir da adoção de uma vida urbana.

Assim, havia entre os homens uma maior autonomia para partir do campo rumo à cidade em busca de melhores empregos⁵, sendo que as mulheres só o faziam acompanhando seus maridos, desposando habitantes do meio urbano, ou quando se tornavam viúvas. Temos, inclusive, o caso de uma senhora, Ercília Marques da Rosa, que era professora em Osório, tendo ali se criado (sua mãe, solteira, partira para a cidade na geração anterior ao governo Vargas) e fez o caminho inverso: já tendo seus direitos trabalhistas assegurados como funcionária pública, casou-se com um morador da região de onde vinha sua mãe e passou a lecionar na localidade onde seu marido tinha roça e uma venda.

Diva – [...] a Ercília não tava lá naquela época.

A Ercília morava lá no, morava aqui na vila.

Rodrigo – E quando é que ela foi pra lá?

Diva – Ela foi pra lá quando ela foi lecionar.

Rodrigo – Só quando ela foi lecionar.

Diva – Sim, que ela tava mocinha, tinha 20, 20 e pouco. Quando se formou professora, ela foi lecionar lá.

Rodrigo – Ela morava aqui em Osório.

Aurora – Ela é nascida e criada aqui.

Diva – Com a mãe dela, ela morava aí.

Rodrigo – Então na verdade o caminho dela foi o contrário do caminho de vocês...

Diva – O contrário.

Aurora – Ficou assim, ela indo pra lá e nós indo pra cá (rindo).

Rodrigo – Ela indo pra lá e vocês indo pra cá...

Diva – E nós trabalhamos na roça, e ela não trabalhou. Ela agora até decerto trabalhou, né porque...

Aurora – Não, depois que ela casou, ela trabalhou.

*Diva – Mas ela não sabia o que era trabalhar na roça como nós. Nós pegava o machado, nós i derrubar a roçada junto com o pai, nós roçava, nós pintava e bordava junto com o pai, não deixava o pai sozinho. E ela não tinha essa sabedoria que nós temos. Nós tinha engenho de açúcar, nós tinha, nós carregava cana, nós fechava, nós cortava, nós moía, nós fazia açúcar, nós fazia garapa, nós fazia tudo. Junto com o pai. E ela não sabe fazer essas coisa (Silva *et al.*, 2001, entrevista).*

³ Dentre os principais, durante a década de 1930, encontram-se a instituição das férias, a regulamentação do trabalho do menor, a legislação sobre acidentes de trabalho, a jornada de oito horas de trabalho, a regulamentação do trabalho feminino, as convenções coletivas de trabalho. Posteriormente, no início da década de 1940, a legislação social foi sistematizada e ordenada através da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) (Rodrigues, 2007).

⁴ A aposentadoria rural só atingiu o campo no auge da repressão da ditadura militar, durante o governo Médici, através do FUNRURAL (Carvalho, 2008, p. 171).

⁵ Em levantamento realizado em 1952 dentre habitantes das denominadas “vilas de malocas” de Porto Alegre, dos núcleos familiares oriundos de fora da cidade, a busca por maiores oportunidades de trabalho foi apontada por 83,08% como o motivo para a migração. Arquivo Histórico de Porto Alegre, Relatório apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Ildo Meneghetti em 5 de abril de 1952, II Volume, p. 861.

Esse exemplo demonstra que a lógica da patrilocalidade podia ser mais forte do que a da urbanização. Em vez do marido partir para o meio urbano para acompanhar sua esposa, mais bem estabelecida em relação a direitos sociais, ela, que já tinha seus direitos trabalhistas e seu salário garantidos, acompanhou seu marido, como era de praxe na comunidade de que fazia parte, assumindo inclusive encargos da vida rural, tais como trabalhar na roça, o que para ela antes era desconhecido. Esse exemplo é importante para não tomarmos a urbanização como uma lógica irresistível e linear.

Suas primas, por sua vez, migraram no sentido campo-cidade por motivos diversos: primeiro, Aurora Inácia Marques da Silva partiu de Morro Alto para Osório depois de perder seu marido em um ataque cardíaco em uma pedreira, por ele aberta, na qual se encontrava trabalhando (Silva *et al.*, 2001, entrevista); após, sua irmã Diva Inácia Marques Terra foi para Osório quando se casou, pois ali morava seu marido. Ele era motorista, residindo em uma pensão. A presença de parentes já estabelecidos na cidade, como era o caso de sua irmã Aurora, facilitava a vinda de novos migrantes apoiados por redes de solidariedade e sociabilidade⁶. Até hoje, no município de Osório há regiões, nas redondezas do centro ou no bairro de Caravaggio, onde se concentram casas de pessoas oriundas de Morro Alto, que assim atualizam no meio urbano as redes de relações sociais compartilhadas no meio rural. Tal fenômeno já foi constatado por Eunice Durham, para quem

a migração não envolve necessariamente uma dissolução das relações com a família e com o grupo primário mais amplo (parentes, compadres, vizinhos e amigos) e possui um caráter eminentemente familiar o qual, entretanto, não se manifesta necessariamente no deslocamento de todo um grupo doméstico (Durham, 2004, p. 189).

A migração de Morro Alto rumo a Osório é descrita como um processo familiar, facilitado, é evidente, pela presença de parentes pioneiros que desempenharam anteriormente o ciclo migratório, englobando, inclusive, seus pais:

*Diva – Aí o pai depois ficou muito mal, a gente trouxe pra cá. Com o meu marido, depois ele morreu aqui. Aí a mãe ficou aqui com nós, depois essa minha irmã já tava pra cá trabalhando pra cá. E aí viemos vindo a família (Silva *et al.*, 2001, entrevista).*

A busca por auxílio médico para os idosos pode ser outro fator a colaborar para o abandono do meio rural e para dirigir-se a áreas urbanas⁷.

Os homens solteiros, em contrapartida, gozavam de mais autonomia para partir para a cidade. A possibilidade de adotar um emprego urbano surgia no momento de se alistar no serviço militar, em Osório ou Porto Alegre, é o que relatam Manuel Inácio Marques Neto e Adão José da Silva. Ambos encontraram nesse momento-chave a possibilidade de sair de casa e trabalhar por conta própria. Segundo o último depoente, as mães temiam a partida de seus filhos para o exército devido à possibilidade de não voltarem. Já antes havia a possibilidade de migrações sazonais para o trabalho agrícola nas granjas de arroz, mas, por serem temporárias e em regiões mais próximas, como Palmares do Sul, não contavam com a oposição de suas mães. Ir para Porto Alegre, porém, gerava apreensão e temor.

Adão – Mas deixava vir pra Porto Alegre? Naquela época nunca se veio a Porto Alegre! Vir pra Porto Alegre era um sacrifício, quando vinha pra Porto Alegre as mães ficavam chorando. Que foi embora pro fim do mundo. Agora não é fim do mundo. Agora se vem em meio dia praqui e volta pra lá. Agora...

Rodrigo – E se ia pra granja, ela ficava chorando? Se ia pra granja, ela ficava chorando?

Adão – Porque a gente ia até longe. Ia até longe, não se saía pra longe. Quando saía ela ficava chorando. Naquela época quando vinha pro exército era uma briga, um sacrifício. Que a mãe chorava, o filho foi embora pra longe, pra servir o exército (Silva, 2009c, entrevista).

Tal momento, de saída da casa dos pais e usufruto da vida no ambiente livre da cidade, também era vivido como a exacerbação de uma experiência de masculinidade. Manuel Inácio Marques Neto, filho único entre sete irmãs, afirma que até aquele momento fora criado como elas, e depois passou a sair, ir a bailes, trabalhar. O tenente que o alistou teria advertido ao seu pai: “Cuidado com o rapaz pra ele se divertir um pouco, que você tá segurando muito ele. E ele não é parte feminina. É masculina.” E, no período em que viveu em Porto Alegre, “namorada tinha de montão”, de dia trabalhava, “dinheiro não faltava, e trabalho também”, afinal seu patrão lhe pagava quase dois salários, de forma que “de noite eu girava. Eu não parava [...] era o dono da rua” (Marques Neto, 2009, entrevista).

⁶ No já citado levantamento de habitantes de vilas de malocas, 2,94% dos migrantes vieram à cidade por laços afetivos. Arquivo Histórico de Porto Alegre, Relatório apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Ildo Meneghetti em 5 de abril de 1952, II Volume, p. 861.

⁷ A procura por recursos médicos foi destacada por 5,83% dos migrantes no citado levantamento realizado com moradores de “vilas de malocas”. Arquivo Histórico de Porto Alegre, Relatório apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Ildo Meneghetti em 5 de abril de 1952, II Volume, p. 861.

Embora o espaço urbano seja lembrado como um ambiente onde o racismo existia – Manuel Inácio Marques Neto lembra-se de ocasião em que foi impedido, junto com uma namorada também negra, de assistir a um jogo de futebol, sob o argumento de que apenas a presença de brancos eram permitida –, era contudo um espaço de distensão das tensões raciais existentes em Morro Alto. Adão José da Silva, ele próprio um negro muito claro – tem o fenótipo de branco, mas pode ser considerado negro porque reivindica esta identidade e porque, em virtude de sua origem familiar, sempre foi assim considerado em sua comunidade de nascimento – veio a se casar com Capitolina, uma senhora branca de Morro Alto, de família italiana, a quem conhece desde criança.

Adão – Por que que nós viemos se encontrar aqui em Porto Alegre, eu e a minha esposa? Porque eu nunca fui procurar ela porque eu conhecia o meu lugar. Que eu era negro (Silva, 2009, entrevista).

Apenas a convivência no ambiente “desracializado” de Porto Alegre – ao menos para Adão, onde sua condição de integrante de uma família negra era desconhecida e seu fenótipo não acusava esse pertencimento étnico-racial – permitiu a ele se aproximar daquela que veio a se tornar sua esposa. Antes, ele “conhecia seu lugar”.

“Muita gente de Morro Alto, que era tudo moreno, saíram. Pra trabalhar”

Esta frase de Dona Aurora Inácia Marques da Silva (Silva *et al.*, 2001, entrevista) expressa um processo social que tomou conta do campo brasileiro a partir da década de 1930. Atraídos pelos direitos trabalhistas inexistentes no campo, legiões de trabalhadores brasileiros rumaram às cidades desde então. A historiografia oscila entre considerar tal efeito um objetivo explícito da legislação sindical e em apontar que a quantidade de migrantes rurais foi considerada um problema no meio urbano. Conforme assinala D’Araujo, “ao criar alguns direitos apenas para os trabalhadores urbanos, introduzia uma maneira de tornar o trabalho industrial mais atrativo” (D’Araujo, 2007, p. 220). Ora, se se tratava de um projeto deliberado, ele foi tão bem-sucedido a ponto da presença dos migrantes rurais preocupar o governo: “A questão necessitava de controle, pois não se poderia aprovar uma distribuição

populacional que esvaziasse o campo, superpovoando as cidades industrializadas de mão-de-obra carente de trabalho” (Gomes, 2005, p. 240).

Silva e Negro destacam que o governo Vargas promoveu a valorização da mão de obra nacional “a fim de viabilizar seu aproveitamento na industrialização do aço, dos transportes, da química, dos bens duráveis e das atividades portuárias”. No entanto, atribuía-se a este operariado egresso da escravidão ou do campo uma fragilidade congênita – “debilidade, conformismo e ação histórica inepta”. Visto como “servo do atraso e, portanto, incapaz de inventar suas tradições de forma independente”, era presa fácil para o arbítrio patronal e para “lutas espúrias” promovidas pelas esquerdas, devendo ser tutelado via Ministério do Trabalho (Silva e Negro, 2008, p. 49-50)⁸.

Revestidos de conteúdo negativo ou positivo, são certos os vínculos causais entre ausência de direitos trabalhistas no meio rural e migração para o meio urbano:

A não-aplicação da legislação social ao campo era identificada como uma das causas do êxodo rural, uma vez que o trabalhador do campo via-se ignorado e desamparado. Sem educação e sem saúde, sem transporte e sem crédito, sem possibilidade de uma atividade rendosa, acabavam ficando no campo apenas aqueles que não conseguiam migrar (Gomes, 2005 p. 241).

Essa percepção do meio rural como o lugar de ausência de direito, onde só ficavam aqueles que não tinham possibilidade de êxodo, permite compreender melhor a entrevista de Adão José da Silva. Relembrando do momento de sua partida de Morro Alto, Adão trava um diálogo mental com sua mãe, que se opunha à sua saída para a cidade, explicando a ela por que seguia para Porto Alegre e observando que teria uma vida melhor no meio urbano.

Adão – Nasci e me criei lá no Morro Alto, depois é que eu peguei e vim me embora pra cá, porque naquela época a gente trabalhava lá no Morro Alto, caído lá por cima das pedras, tudo vai plantar um pezinho de planta, não tinha nada, não tinha direito nenhum, né, naquela época, agora tem mesmo direito de quem tem aqui, então, vou me embora, que que eu vou, trabalhar com meus direitos, porque um dia eu posso me aposentar. Ai agarrei e fui embora. Mas menti pra minha mãe que eu não vinha a Porto Alegre, que eu ia pras granjas, que eu sempre ia pras granjas e ela conformava com isso, ficava

⁸ Jorge Ferreira se opõe à visão segundo a qual essa imagem de passividade do trabalhador nacional adquire colorações reais e passa a ser, mais do que uma representação estatal, o comportamento efetivo dos trabalhadores brasileiros. Um exemplo disso pode ser encontrado em Rodrigues (2007). Ferreira demonstra, pelo contrário, que sob essa imagem de tutela, se barganhavam e negociavam melhores condições de vida e a conquista de direitos (Ferreira, 2001, 2005).

anos nas granjas trabalhando, aquela granja [Lipo?] Azevedo, trabalhar [direto?] nas granjas. Então menti pra ela e foi ela disse [sic] “Tu não vai pras granjas, né, tu tá mentindo pra mim, tu vai-te embora pra Porto Alegre”, e aí foi que eu disse pra ela: “Mamãe, eu não sei mentir. Eu não vou lhe mentir, eu vou-me embora pra Porto Alegre por causa do quê? Vou trabalhar lá com os meus direitos lá que um dia eu me aposento e posso ter um direitozinho de me aposentar e ter mais um modo de viver, porque aqui não adianta, a gente trabalha, ia morrer e não tem direito a nada. Então vou-me embora”, e vim-me embora pra cá em 57 vim pra cá. Em 57, 58 (Silva, 2009b, entrevista).

Ao par de processos de expropriação verificados no meio rural, tais como terras de camponeses negros apossadas por fazendeiros brancos, e a modificação de sistemas produtivos camponeses decorrentes da abertura de pedreiras para pavimentar as estradas abertas na região de Morro Alto (Barcellos *et al.*, 2004), a cidade e os direitos sociais por ela assegurados constituíam um polo de atração.

Se a urbe era o espaço dos direitos sociais, e o campo constituía o domínio do arbítrio dos grandes fazendeiros e da inexistência de garantias, assim o era por obra e graça do governante. Getúlio Vargas é entendido pelos informantes como aquele que concedeu os direitos, enquanto antes “era ditadura. Não tinha nada” (Silva e Marques, 2010, entrevista). Se a escravidão é tida como tempo, por excelência, de ausência de direitos (Barcellos *et al.*, 2004, p. 359-370; Chagas, 2005, p. 171-180), os governos trabalhistas, mais do que a princesa Isabel, são concebidos como os verdadeiros extintores do regime escravista (Rios e Mattos, 2005, p. 54-55; Gomes e Mattos, 2010; Dezemone, 2004, p. 125-135). Na narrativa de Dona Aurora Inácia Marques da Silva, Vargas aparece, ele mesmo, como um grande proprietário de cativos que teria, contudo, os libertado e dado direitos que seriam instituintes dos mesmos para os demais.

Rodrigo – E pros negros, o Getúlio foi bom?

Aurora – Foi, sim. Ele foi bom desde aí. Desde aí que ele foi governador, que ele tinha muita pena dos negros. Ele tinha muita pena que eles sofriam muito.

Eva – Eu acho que ele foi perseguido, né, Doca. Por causa disso aí.

Aurora – Ele tinha uma fazenda que era só escravo.

Rodrigo – Ele tinha?

Aurora – Uhum. O Getúlio.

Rodrigo – Que que aconteceu com esses escravos do Getúlio?

Aurora – Ah, ele libertou, ele ajudava, ele fazia tudo que era bom (Silva e Marques, 2010, entrevista).

A partir de então, houve o direito de votar e de ter carteira assinada. Aurora data as primeiras leis trabalhistas depois de sua vinda para Osório, “isso faz uns 50 anos, eu acho”, mas ainda quando seus familiares moravam em Morro Alto, portanto, sem um nexos causal com sua vinda para a cidade. Ela as associa ao momento em que obteve a sua carteira de trabalho e não àquele em que elas passaram a existir, o que remonta à década de 1930. A informante trabalhou desde os 14 anos sem carteira assinada. Considerando que nasceu em 1927, desde sua infância Vargas estava no poder, e quando ingressou no mercado de trabalho, já existiam carteiras de trabalho. Contudo, simbolicamente, a presença do Presidente é associada ao momento em que se teve acesso a elas, mesmo que ele já governasse e elas já existissem anteriormente.

Rodrigo – E o que que ele fez pros negros, assim. Que medidas ele fez que ajudou?

Aurora – Ele deu essa libertação, de votar, de... de... a ter carteira assinada, que não tinha carteira assinada. Eu trabalhei desde 14 anos sem carteira assinada.

Rodrigo – Quando é que a senhora começou a ter carteira assinada, foi com o Getúlio?

Aurora – Depois do Getúlio. Que eu comecei a ter carteira.

Eva – Não tinha carteira, todo mundo trabalhava assim. Não era só negro, era branco também. Quem era branco também.

Rodrigo – Branco também.

Eva – É, não tinham.

Aurora – Eu ainda fui pra Porto Alegre e meu irmão fez a minha carteira de trabalho. Porque ele tava com pena de mim.

Rodrigo – O seu Manuel?

Aurora – É. De tanto eu trabalhar sem um papelzinho. Aí no verão a gente tinha uma carteira de saúde. Dois meses. Passou dois meses eles faziam uma injeção na gente, uma vacina pra gente não dar febre de a gente endurecer o braço e trabalhar doente. Tinha que fazer aquela vacina no posto de saúde. Era só dois meses. Depois que passou dois meses (Silva e Marques, 2010, entrevista).

Havia redes familiares para viabilizar a obtenção de documentos que garantiriam os direitos almejados. Aurora relata que seu irmão, que na ocasião vivia em Porto Alegre, a ajudou a fazer sua carteira de trabalho, por pena dela trabalhar “sem um papelzinho”. Ela ainda recorda que a carteira lhe garantia um atendimento básico em saúde, tal como a vacinação.

Mesmo os direitos trabalhistas instituídos após o período varguista são atribuídos por Dona Aurora à pena de Getúlio, que os deixou assinados, porém não

pôde vê-los concretizados devido à perseguição por ele sofrida, que culminou no seu suicídio. Os governos posteriores não quiseram dar vazão ao direito de folga e ao direito de aposentadoria do trabalhador rural, cujo responsável maior ainda é Getúlio Dornelles Vargas. Percebe-se aí a força do mito dos direitos trabalhistas como uma dádiva governamental, e não como uma conquista dos trabalhadores, que se impõe até mesmo diante daqueles direitos cuja responsabilidade não remete ao varguismo. Por outro lado, a leitura de Dona Aurora não é, nem de longe, disparatada, haja visto que a implantação de direitos sociais para os trabalhadores rurais esteve em pauta das décadas de 1930 a 1950 (Carmargo, 2007 p. 164-166; 178-185). Ela considerava-se bem informada a respeito dos acontecimentos políticos devido à convivência com seus patrões, ricos (Silva e Marques, 2010, entrevista).

É inegável, porém, que a expectativa de direitos, particularmente, a possibilidade de aposentar-se, alimentou essa mitologia em torno das carteiras de trabalho como uma benesse. Para a confecção do documento, era necessário o registro de nascimento.

Rodrigo – E a senhora lembra do que que precisava pra fazer a carteira de... de trabalho?

Aurora – Era o registro.

Eva – Registro de nascimento (Silva e Marques, 2010, entrevista).

Costa (2008), analisando a documentação de Nova Iguaçu entre 1889 e 1939, constatou uma procura significativa por parte da população de pretos e pardos

pelo registro civil a partir de 1934, com a promulgação das leis trabalhistas. Conclui o autor que “essas leis e decretos, na década de 1930, permitiram a essa parcela da população, formada em sua maioria de pretos e pardos, que estava em busca de trabalho ter maior acesso ao registro civil de nascimento” (Costa, 2008, p. 174). Verificando ainda a maioria de homens nos registros, afirma que “[o] notável número de homens, presentes nos registros, provavelmente, indica que essas pessoas buscaram o registro para terem acesso ao trabalho, visto que os novos arranjos de trabalho, provenientes do avanço urbano, podem ter exigido o registro civil” (Costa, 2008, p. 160).

A associação feita por Dona Aurora e Dona Eva entre carteiras de trabalho e registros de nascimento corrobora a afirmativa de Costa: se os registros civis eram necessários para fazer a carteira de trabalho, a demanda por esta implicava a busca por aqueles. Resta analisar se, em Osório, o fluxo ao registro civil se deu na mesma escala que em Nova Iguaçu. Entre os informantes entrevistados, ele se verifica.

Ocupações de homens e mulheres no meio urbano

Em 1932 ocorreu um crime em um baile destinado exclusivamente à população de pretos e pardos da então vila de Conceição do Arroio – antigo nome de Osório. Um mulato foi espancado após defender a honra do baile das injúrias raciais de um branco, segundo o qual ali só havia putas. Não pretendo, aqui, discutir este episódio explícito de segregação e tampouco o que ele pode ter de esclarecedor das relações étnicas de antanho (ver Weimer, 2010).

Tabela 1. Ocupação dos participantes presumivelmente pretos ou pardos no “Baile do Biriva”.

Table 1. Occupation of participants presumably black or brown in “Baile do Biriva”.

Testemunhas	Ocupação
Nodário Leôncio de Oliveira	Lavrador
Manoel Guatimosim Sobrinho	Jornaleiro
Honorato Luís de Oliveira	Empregado no açougue
Alfredo Pedro da Rosa	Não informado
Antônio Santos da Silveira	Sapateiro
Alfredo Cesário	Jornaleiro
Almiro Ramos	Jornaleiro
Domingos Antônio Ferreira	Não informado
Bento Luiz Ferreira	Jornaleiro
Nelcindo José Joaquim	Jornaleiro
Manoel José da Silva	Mecânico

Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Comarca de Santo Antônio da Patrulha, Termo de Osório, Estante 114B, Cartório de Civil e Crime, Caixa 027.0297, Auto 826.

Julgo este processo precioso no que pode esclarecer a respeito das ocupações das testemunhas presentes no baile, todas elas pretas ou pardas, à exceção de Victorino da Terra Osório – conhecido como Biriva – promotor do festejo, sobre quem pairam dúvidas acerca de sua condição, daqueles que acompanhavam os acusados – provavelmente, brancos – e de um praça municipal, de quem se desconhece a cor. Porém, a ocupação das demais testemunhas, todas frequentadores da festa, há de indicar em que trabalhavam. Eram, se não migrantes, ao menos pretos pobres nos subúrbios de Conceição do Arroio.

Tem-se o predomínio de “jornaleiros”, isto é, indivíduos que trabalhavam por jornada diária. É necessário observar que, antes do estabelecimento da carteira assinada, não havia vínculos empregatícios formalmente definidos, e assim a jornada se colocava como alternativa viável, diante do trabalho mensal, de contrato de trabalho. O trabalho destes jornaleiros era não qualificado, braçal, de baixo grau de especialização. É também o caso daqueles casos em que o processo criminal foi mais específico quanto às atividades desempenhadas: empregado no açougue, mecânico, isto é, o artífice, o indivíduo que trabalha com ofícios mecânicos, e sapateiro, trabalho mais qualificado.

Note-se também a presença de um lavrador dentre os depoentes. Em uma cidade de médio porte, como Conceição do Arroio, ou mesmo em Porto Alegre, não era inviável para o morador de seus subúrbios o trabalho na roça. A separação entre o rural e o urbano não é mecânica; pelo contrário, verifica-se um *continuum* entre essas duas condições (Solari, 1973). Evidentemente, não se espera que o migrante que veio à cidade em busca de melhores perspectivas no trabalho urbano vá ter estritamente o mesmo tipo de ocupação que tinha no meio rural; por outro lado, o fato de estabelecer-se na cidade não faz *tabula rasa* de suas experiências laborais e culturais. Aqueles que tivessem seus quintais ou pátios, especialmente nas áreas suburbanas, poderiam ter jardins, hortas e pequenas roças na medida em que o trabalho urbano o permitisse.

Os entrevistados relataram ocupações igualmente de baixa especialização. O único que informou ter sido operário fabril foi Adão José da Silva, que fenotipicamente é mais claro que os demais. Andrews explica um predomínio de brancos no proletariado industrial paulista pela inundação do mercado de trabalho com imigrantes europeus, “enfraquecendo assim a posição de barganha, tanto dos trabalhadores negros quanto dos brancos, e permitindo que os empregadores demonstrassem sua preferência pelos últimos” (Andrews, 1998, p. 151). O senhor Adão sofreu um acidente laboral, trabalhando como serralheiro em uma metalúrgica, no qual perdeu uma de suas vistas (Silva, 2009b, entrevista).

Seu primo Manoel Inácio Marques Neto, por sua vez, trabalhou em Osório no porto lacustre, em lavagem de carros, em posto de gasolina, como sapateiro, carpinteiro e na construção civil, e em Porto Alegre no transporte portuário, como guarda e como motorista de caminhão (Marques Neto, 2009, entrevista). Este último emprego também foi desempenhado por seu cunhado Celso Rodrigues Terra (Terra, 2010, entrevista). Teodoro José Cardoso, tio de Adão José da Silva, era funcionário da Prefeitura Municipal de Osório, fazendo carga e descarga de caminhões. Além disso, mantinha no meio urbano uma roça com a qual ajudava no sustento da família. Seu irmão, José Pulquéria, era funcionário do porto lacustre (Cardoso, 2009, entrevista).

Já as mulheres empregavam-se em afazeres domésticos, tais como criada, lavadeira e cozinheira. Andrews (1998, p. 115) assinala continuidades mais ou menos intactas entre o serviço doméstico no tempo da escravidão e ao longo do século XX, destacando se tratar da área menos atrativa da economia urbana. As irmãs Aurora e Diva foram cozinheiras. Embora trabalhadores domésticos não tivessem direitos trabalhistas assegurados (Carvalho, 2008, p. 114), Aurora trabalhou como gerente de cozinha de uma fábrica de calçados (Silva e Marques, 2010, entrevista). Tais empregos com carteira assegurada eram mais raros do que para os homens e altamente cobiçados. Uma alternativa eram os trabalhos sazonais na praia, em hotéis, como camareiras e cozinheiras (Oliveira, 2009, entrevista).

Assim, aquelas acompanhavam seus maridos rumo às cidades, mas apenas estes podiam usufruir das benesses da legislação social. Sob outro prisma, a economia doméstica só podia contar com a contribuição masculina para a aposentadoria do casal. Adão José da Silva, por exemplo, após aposentar-se por invalidez, pagou o INPS de sua esposa (Silva, 2009b, entrevista). Adão de Oliveira, por sua vez, aposentou-se pelo INPS enquanto o patrão de sua esposa a aposentou (Oliveira, 2009, entrevista).

Considerações finais

A pioneira daquela família na partida de Morro Alto rumo à cidade de Osório, na busca por melhores condições de vida, foi Rosalina Inácia Marques, ela mesma filha de um casal de escravos. Ainda antes da legislação trabalhista de Vargas, Rosalina evadiu-se para a vila de Conceição do Arroio, onde ganhou a vida como lavadeira de roupa e onde criou seus filhos (Rosa e Rosa, 2002, entrevista; Silva, 2009a, entrevista). Segundo Carvalho (2008, p. 52), a migração de descendentes de escravos para o meio urbano efetivamente antecede a legislação trabalhista.

Sua filha, Ercília Marques da Rosa, nasceu em 1921, já em Conceição do Arroio (Rosa, 1999). Considerando que seu irmão, Manoel, era mais velho e também nasceu no meio urbano, temos que Rosalina migrou de Morro Alto ainda na década de 1910. Seu caso demonstra que o trânsito entre campo e cidade não se inaugura com a legislação social varguista, apenas se intensificou quando existiram melhores condições para tanto. No entanto, pessoas dispostas a tentar uma vida nova em um lugar diferente sempre existiram e sempre existirão.

Por outro lado, a filha de Rosalina, Ercília, descreveu a trajetória oposta à de sua mãe e de seus primos. Através do laço matrimonial com Júlio Eloy da Rosa, retornou para o território de origem de sua mãe, o que demonstra que não deixava de haver ali um referencial de uma territorialidade para onde é desejável retornar. Temos, assim, um ténue equilíbrio entre a necessidade, que muitas vezes desempenhava um papel centrífugo, e os laços afetivos, que desempenham um papel centrípeta em relação ao território de origem. Barcellos *et al.* destacam:

Outra prática reiterada e cujo significado remete à importância dada à terra é ato de retornar para morrer nela. O fato de ter o umbigo enterrado em determinada localidade faz com que os moradores de Morro Alto que eventualmente morem em Porto Alegre, Capão ou Osório, voltem quando já estão velhos. Além da perspectiva econômica, pois geralmente eles retornam com uma aposentadoria conquistada com o trabalho em hotéis ou como maquinistas, no caso dos homens, e, assim, garantem o sustento de várias pessoas de suas parentelas, existe o aspecto simbólico (Barcellos et al., 2004 p. 330-331).

Tal é a expectativa da maior parte dos entrevistados cujas citações foram realizadas neste artigo. Desejam retornar à sua terra natal, para ali encerrar o seu ciclo de vida, e para que ali seus descendentes, já com direitos sociais estendidos aos trabalhadores do meio rural, possam encontrar o seu sustento. Trata-se de assunto no qual a morosidade da política pública pode, literalmente, ser fatal. À medida que os governantes protelam a titularização das áreas remanescentes de quilombos, impedem a um número cada vez maior de pessoas ver esse objetivo concretizado.

Referências

- ANDREWS, G.R. 1998. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru, EDUSC, 443 p.
- BARCELLOS, D.M.; CHAGAS, M.F.; FERNANDES, M.B.; FUJIMOTO, N.S.; MOREIRA, P.S.; MÜLLER, C.B.; VIANNA, M.; WEIMER, R.A. 2004. *Comunidade Negra de Morro Alto: historicidade, identidade e territorialidade*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 484 p.

- CAMARGO, A.D.A. 2007. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: B. FAUSTO (org.), *História geral da civilização brasileira: sociedade e política (1930-1964)*. 9ª ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, t. III, vol. 10, p. 147-272.
- CARVALHO, J.M. 2008. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 236 p.
- CHAGAS, M.F. 2005. *Reconhecimento de direitos face aos (des)dobramentos da História: um estudo antropológico sobre territórios de quilombos*. Porto Alegre, RS. Tese de doutoramento. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 382 p.
- COSTA, C.E.C. 2008. *Campesinato negro no Pós-Abolição: migração, estabilização e os registros civis de nascimentos. Vale do Paraíba e Baixada Fluminense, RJ (1888-1940)*. Rio de Janeiro, RJ. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 200 p.
- D'ARAUJO, M.C. 2007. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: J. FERREIRA; L.A.N. DELGADO. *O Brasil Republicano – O tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 213-239.
- DEZEMONE, M.A.O. 2004. *Memória camponesa: identidades e conflitos em terras de café (1888-1987). Fazenda Santo Inácio, Trajano de Moraes – RJ. Niterói, RJ. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense – UFF, 284 p.*
- DURHAM, E.R. 2004. Migrantes rurais In: E.R. DURHAM, *A dinâmica da cultura*. São Paulo, Cosac Naify, p. 181-201.
- FERREIRA, J. 2001. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira In: J. FERREIRA (org.), *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 64-124.
- FERREIRA, J. 2005. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 390 p.
- GOMES, A.C. 2005. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 319 p.
- GOMES, A.C.; MATTOS, H.M. 2010. Sobre apropriações e circularidades: Memória do cativo e política cultural na Era Vargas. *História, memória e escravidão*, p. 1-12. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/culturaspoliticas/files/hebe3.pdf>. Acesso em 19/02/2010
- PATARRA, N.L. 2007. Dinâmica populacional e urbanização no Brasil: o período pós-30". In: B. FAUSTO (org.), *História geral da civilização brasileira: economia e cultura (1930-1964)*. 9ª ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, t. III, vol. 11, p. 305-333.
- RIOS, A.L.; MATTOS, H.M. 2005. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 301 p.
- RODRIGUES, L.M. 2007. Sindicalismo e classe operária (1930-1964). In: B. FAUSTO (org.), *História geral da civilização brasileira: sociedade e política (1930-1964)*. 9ª ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, t. III, vol. 10, p. 603-660
- ROSA, E.M. 1999. Minha trajetória, minha vida In: V.L.M. BARROSO; N.H. ELY, *Raízes de Terra de Areia*. Porto Alegre, EST, p. 152-158.
- SILVA, F.T.; NEGRO, A.L. 2008. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: J. FERREIRA; L.A.N. DELGADO, *O Brasil Republicano – O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 47-96.
- SOLARI, A. 1973. *Sociologia rural latinoamericana*. Buenos Aires, Paidós, 115 p.
- WEIMER, R.A. 2010. Negros de um lado, brancos de outro. *Revista Norte*, 13:10-12.

Fontes primárias

CARDOSO, T.J. 2009. Entrevista. Realizada em 09/01/2009.
MARQUES NETO, M.I. 2009. Entrevista. Realizada em 09/01/2009.
OLIVEIRA, A.M. de. 2009. Entrevista. Realizada em 26/01/2009.
ROSA, E.M. da; ROSA, W.M. da. 2002. Entrevista. Realizada em 13/09/2002 por Claudia Fonseca, Miriam Chagas e Rodrigo Weimer.
SILVA, A.I.M. da. 2009a. Entrevista. Realizada em 09/01/2009.
SILVA, A.I.M da; MARQUES, E.I. 2010. Entrevista. Realizada em 09/01/2010.

SILVA, A.I.M. da; TERRA, C.R.; MARQUES, D.I. 2001. Entrevista. Realizada em 28/11/2001.
SILVA, A.J. da. 2009b. Entrevista. Realizada em 12/01/2009.
SILVA, A.J. da. 2009c. Entrevista. Realizada em 11/02/2009.
TERRA, D.I.M. 2010. Entrevista. Realizada em 16/01/2010.

Submetido em: 05/08/2010

Aceito em: 16/02/2011